

**GRUPO TALITA**  
**KLEBER LUIS PRIAMO EMP. E PART. LTDA**  
**MAIKO KLEVERSON PRIAMO EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA**  
**TALITA INDUSTRIA DE FARINHAS LTDA**  
**MOINHO TALITA LTDA**

# **RELATÓRIO DE ANÁLISE DE PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL**

art. 22, inc. II, alínea "h" da Lei 11.101/2005



# ÍNDICE

1. SUMÁRIO EXECUTIVO	4
2. SÍNTESE DO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL	5
3.CONDIÇÕES DE PAGAMENTO DE CREDORES	11
4. ALIENAÇÃO DE ATIVOS	15
5. CLÁUSULAS CONFLITANTES COM A LEI 11.101/2005	17
6. CONDUTAS PREVISTAS PELO ART. 64 DA LEI 11.101/2005	19
7. GLOSSÁRIO	21



**Excelentíssima Senhora Doutora Juíza de Direito da Vara Cível da Comarca de Santo Antônio do Sudoeste – Estado do Paraná.**

Dra. Eloisa Alessi Prendin

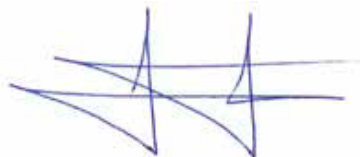
Preliminarmente, cumpre informar que a apresentação do Relatório de Análise de Plano de Recuperação Judicial, para a devida juntada nos autos de Recuperação Judicial, faz parte do rol de deveres do Administrador Judicial, nos termos do art. 22, inc. II, alínea “h” da Lei 11.101/2005.

As análises e observações apresentadas no presente relatório estão embasadas em informações contábeis, financeiras e operacionais apresentadas pelas Recuperandas, sob as penas do art. 171 da Lei 11.101/2005, bem como no Plano de Recuperação Judicial e anexos apresentados nos autos de Recuperação Judicial.

Referido relatório possui o objetivo de demonstrar ao Juízo, aos credores e demais interessados, as disposições do Plano de Recuperação Judicial apresentado pelas Recuperandas, primando sempre pela transparência, objetividade e ampla divulgação das informações pertinentes ao processo de recuperação judicial. Este relatório e demais documentos relacionados nos autos recuperacionais estão disponíveis para consulta no Processo nº 0001202-48.2022.8.16.0154 e no site [www.marquesadmjudicial.com.br](http://www.marquesadmjudicial.com.br).

Por fim, esta Administradora Judicial permanece à disposição para o esclarecimento de eventuais dúvidas remanescentes.

Curitiba/PR, 10 de outubro de 2022.



**M. MARQUES SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA**  
ADMINISTRADORA JUDICIAL  
CNPJ Nº 07.166.865/0001-71 | OAB/PR Nº 6.195  
Profissional Responsável: MARCIO ROBERTO MARQUES  
**OAB/PR nº 65.066 | OAB/SP nº 459.319**



## 1. SUMÁRIO EXECUTIVO

Assunto	Observações
Síntese do PRJ	O PRJ foi apresentado tempestivamente pelas empresas Recuperandas no dia 23 de setembro de 2022, ao mov. 97, com os respectivos anexos, o qual dispõe sobre os meios de recuperação pretendidos, os possíveis cenários de soerguimento da atividade, as propostas de pagamento dos credores (extra)concurais, de amortização para credores financeiros e fornecedores, novação dos créditos e extensão aos garantidores.
Condições de Pagamento de Credores	O PRJ apresentado dispõe sobre as formas de pagamento dos credores concursais em suas Cláusulas 4.6 e 4.7, estabelecendo carência para início dos pagamentos e deságio para os credores da Classe II e Classe III.
Alienação de Ativos	No que tange à alienação de ativos, impende mencionar que o Plano de Recuperação Judicial apresentado pelas Recuperandas não prevê a hipótese de alienação de ativos.
Cláusulas Conflitantes com a Lei 11.101/2005	Após análise minuciosa do inteiro teor do PRJ, esta Administradora Judicial verificou algumas cláusulas conflitantes com o que dispõe a Lei 11.101/2005, primordialmente no que diz respeito aos efeitos da aprovação do Plano de Recuperação Judicial em face de terceiros garantidores e a aplicação de normas cogentes dispostas na LREF
Condutas Previstas pelo art. 64 da Lei 11.101/2005	No Plano de Recuperação Judicial em análise, não foram identificadas eventuais disposições em desarmonia a redação do artigo 64 da Lei 11.101/2005.



2

## SÍNTESE DO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL



## 2.1 TEMPESTIVIDADE DO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Consoante prevê a redação do artigo 53 da Lei 11.101/2005, a empresa Recuperanda possui o prazo de 60 (sessenta) dias para apresentar em Juízo seu Plano de Recuperação Judicial, a contar da publicação da decisão que defere o processamento da Recuperação Judicial.

*In casu*, extrai-se dos autos recuperacionais que a decisão que deferiu o processamento da Recuperação Judicial foi publicada no Diário de Justiça Eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná ao dia 29 de julho de 2022, razão pela qual se têm como prazo fatal para o cumprimento de tal determinação exarada pela Lei 11.101/2005, a data de 29 de setembro de 2022.

Compulsando os autos, verifica-se que as Recuperandas apresentaram seu Plano de Recuperação Judicial em data de 23 de setembro de 2022, ao mov. 97, restando, portanto, **TEMPESTIVO** tal ato, consoante fundamentação supra.

## 2.2 RESUMO DO LAUDO ECONÔMICO-FINANCEIRO E LAUDO DE AVALIAÇÃO

O Laudo Econômico-Financeiro foi apresentado no dia 23 de setembro de 2022, ao mov. 97.2, anexo ao PRJ, com a especial finalidade de explanação quanto a viabilidade do Plano de Recuperação Judicial apresentado, no que tange a geração de caixa e as medidas adotadas para superação das dificuldades financeiras.

### 2.2.1 LAUDO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Analisando o Resumo do Laudo Econômico-Financeiro, verificou-se que as Recuperandas adotaram o modelo de Fluxo de Caixa para apresentação das suas projeções que considerou o período de 10 (dez) anos e também o modelo de Demonstrativo de Resultados que considerou o prazo de 03 (três) anos. Contudo inexistiu consideração quanto aos prazos de recebimentos e pagamentos/dispêndios, visto que a estrutura adotada pelas Recuperandas não propicia essa análise, pois as projeções realizadas foram feitas com base na competência dos exercícios, conforme apresentado a seguir:

Quadro I – Fluxo de Caixa Projetado do Grupo Talita período de 10 (dez) anos:

FLUXO DE CAIXA PROJETADO GRUPO TALITA					
Descrição/Período	ANO 01	ANO 02	ANO 03	ANO 04	ANO 05
<b>Entradas</b>					
VENDAS MONHO TALITA ME	R\$ 47.000.000,00	R\$ 47.000.000,00	R\$ 45.800.000,00	R\$ 45.500.000,00	R\$ 48.000.000,00
VENDAS TALITA IND FARIÑAS PR	R\$ 46.000.000,00	R\$ 46.000.000,00	R\$ 46.700.000,00	R\$ 45.200.000,00	R\$ 46.000.000,00
RECEITA COM TRANSPORTE CARGA	R\$ 2.450.000,00	R\$ 2.150.000,00	R\$ 2.100.000,00	R\$ 2.200.000,00	R\$ 2.500.000,00
RECEITA KLEBER L PRIMO E CIA LTDA	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
RECEITA MAURO K PRIMO E CIA LTDA	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
<b>Total entradas</b>	<b>R\$ 95.450.000,00</b>	<b>R\$ 95.150.000,00</b>	<b>R\$ 94.600.000,00</b>	<b>R\$ 92.900.000,00</b>	<b>R\$ 96.500.000,00</b>
<b>Saídas</b>					
Pagamento de fornecedores e insumos	R\$ 82.564.250,00	R\$ 82.304.750,00	R\$ 82.302.000,00	R\$ 80.823.000,00	R\$ 83.955.000,00
Despesas com pessoal e encargos	R\$ 2.386.250,00	R\$ 2.378.750,00	R\$ 2.365.000,00	R\$ 2.322.500,00	R\$ 2.412.500,00
Pagamento de despesas operacionais	R\$ 5.727.000,00	R\$ 5.709.000,00	R\$ 5.676.000,00	R\$ 5.574.000,00	R\$ 5.790.000,00
Pagamento de despesas administrativas	R\$ 286.350,00	R\$ 285.450,00	R\$ 283.800,00	R\$ 278.700,00	R\$ 289.500,00
Pagamento de despesas tributárias	R\$ 477.250,00	R\$ 475.750,00	R\$ 473.000,00	R\$ 464.500,00	R\$ 482.500,00
Impostos estaduais/federais	R\$ 190.900,00	R\$ 190.300,00	R\$ 189.200,00	R\$ 185.800,00	R\$ 193.000,00
Provisão investimento e manutenção imobilizado	R\$ 50.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 150.000,00	R\$ 135.000,00	R\$ 140.000,00
<b>Total saídas</b>	<b>R\$ 91.682.000,00</b>	<b>R\$ 91.384.000,00</b>	<b>R\$ 91.439.000,00</b>	<b>R\$ 89.783.500,00</b>	<b>R\$ 93.262.500,00</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO</b>	<b>R\$ 3.768.000,00</b>	<b>R\$ 3.766.000,00</b>	<b>R\$ 3.161.000,00</b>	<b>R\$ 3.116.500,00</b>	<b>R\$ 3.237.500,00</b>
<b>PAGAMENTO CREDITORES RECUPERAÇÃO JUDICIAL</b>					
Pagamento Credores Trabalhista - Desagio 0	R\$ 107.249,82	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Pagamento Credores ME e EPP - Desagio 0%	<b>Carência</b>	<b>Carência</b>	<b>Carência</b>	<b>Carência</b>	<b>Carência</b>
Pagamento Credores Quirografários - Desagio 70%	<b>Carência</b>	<b>Carência</b>	R\$ 1.159.704,86	R\$ 1.159.704,86	R\$ 1.159.704,86
Pagamento Veículos	<b>Carência</b>	<b>Carência</b>	R\$ 1.995.000,00	R\$ 1.995.000,00	R\$ 1.995.000,00
Juros s/ saldo devedor (2,5% A. A. - Tr Quirografários)	<b>Carência</b>	<b>Carência</b>	R\$ 324.717,36	R\$ 284.127,69	R\$ 243.538,02
Juros s/ saldo devedor (8% A. A. - VEÍCULOS)	<b>Carência</b>	<b>Carência</b>	R\$ 957.640,43	R\$ 857.940,43	R\$ 718.240,43
<b>Total de pagamentos de Credores RJ</b>	<b>R\$ 107.249,82</b>	<b>R\$ 392.427,28</b>	<b>R\$ 4.437.062,65</b>	<b>R\$ 4.276.772,98</b>	<b>R\$ 4.116.483,31</b>
<b>SALDO FINAL - GERAÇÃO DE CAIXA ACUMULADO</b>	<b>R\$ 3.660.750,18</b>	<b>R\$ 7.024.322,82</b>	<b>R\$ 3.748.260,27</b>	<b>R\$ 4.167.997,29</b>	<b>R\$ 3.709.003,99</b>
<b>AMORTIZAÇÃO CREDITORES</b>					
SALDO DEVEDOR CREDITORES QUIROGRAFARIO	R\$ 9.277.638,88	R\$ 9.277.638,88	R\$ 8.117.934,02	R\$ 6.936.229,16	R\$ 5.796.524,30
SALDO DEVEDOR CREDITORES TRABALHISTA	R\$ 107.249,82	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
SALDO DEVEDOR CREDITORES ME - EPP	R\$ 392.427,00	R\$ 392.427,28	R\$ -	R\$ -	R\$ -
SALDO DEVEDOR VEÍCULOS	R\$ 15.960.673,79	R\$ 15.960.673,79	R\$ 13.965.673,79	R\$ 11.970.673,79	R\$ 9.975.673,79

FLUXO DE CAIXA PROJETADO GRUPO TALITA					
Descrição/Período	ANO 06	ANO 07	ANO 08	ANO 09	ANO 10
Entradas:					
VENDAS MONHO TALITA MS	R\$ 47.500.000,00	R\$ 52.000.000,00	R\$ 51.500.000,00	R\$ 53.500.000,00	R\$ 45.000.000,00
VENDAS TALITA IND KÁRINHAS PI	R\$ 48.700.000,00	R\$ 55.500.000,00	R\$ 54.000.000,00	R\$ 49.000.000,00	R\$ 50.000.000,00
RECITA COM TRANSPORTE CARGA	R\$ 2.500.000,00	R\$ 2.700.000,00	R\$ 2.700.000,00	R\$ 2.800.000,00	R\$ 2.800.000,00
RECITA KLBER L PRIMO E CIA LTDA	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
RECITA MAIXO K PRIMO E CIA LTDA	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Total entradas	R\$ 98.700.000,00	R\$ 110.200.000,00	R\$ 108.200.000,00	R\$ 105.300.000,00	R\$ 97.800.000,00
Saídas:					
Pagamento de fornecedores e insumos	R\$ 83.869.000,00	R\$ 95.874.000,00	R\$ 94.134.000,00	R\$ 95.611.000,00	R\$ 84.108.000,00
Despesas com pessoal e encargos	R\$ 2.467.500,00	R\$ 2.755.000,00	R\$ 2.705.000,00	R\$ 2.632.500,00	R\$ 2.443.000,00
Pagamento de despesas operacionais	R\$ 6.218.100,00	R\$ 6.942.600,00	R\$ 6.816.600,00	R\$ 6.633.900,00	R\$ 6.161.400,00
Pagamento de despesas administrativas	R\$ 296.100,00	R\$ 330.600,00	R\$ 324.600,00	R\$ 313.900,00	R\$ 293.400,00
Pagamento de despesas tributárias	R\$ 493.500,00	R\$ 551.000,00	R\$ 541.000,00	R\$ 528.500,00	R\$ 489.000,00
Impostos estaduais/federais	R\$ 197.400,00	R\$ 220.400,00	R\$ 216.400,00	R\$ 210.600,00	R\$ 195.600,00
Provisão investimento e manutenção imobilizado	R\$ 150.000,00	R\$ 180.000,00	R\$ 220.000,00	R\$ 250.000,00	R\$ 270.000,00
Total saídas	R\$ 95.691.600,00	R\$ 106.853.600,00	R\$ 104.957.600,00	R\$ 102.180.400,00	R\$ 93.962.400,00
FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO	R\$ 3.008.400,00	R\$ 3.346.400,00	R\$ 3.242.400,00	R\$ 3.119.600,00	R\$ 3.837.600,00
PAGAMENTO CREDORES RECUPERAÇÃO JUDICIAL					
Pagamento Credores Trabalhistas - Degrado 0	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Pagamento Credores ME e EPP - Degrado 50%	R\$ 1.159.704,86	R\$ 1.159.704,86	R\$ 1.159.704,86	R\$ 1.159.704,86	R\$ 1.159.704,86
Pagamento Credores Quilombolários - Degrado 70%	R\$ 1.995.000,00	R\$ 1.995.000,00	R\$ 1.995.000,00	R\$ 1.995.000,00	R\$ 1.995.673,79
Pagamento Veículos	R\$ 202.948,35	R\$ 162.358,68	R\$ 321.769,01	R\$ 83.179,34	R\$ 40.589,67
Juros s/ saldo devedor (7,5% A.A. à 10-Quilombolários)	R\$ 598.540,43	R\$ 478.840,43	R\$ 359.140,43	R\$ 239.440,43	R\$ 119.740,43
Total de pagamentos de Credores RJ	R\$ 3.956.193,64	R\$ 3.795.903,97	R\$ 3.835.614,30	R\$ 3.477.324,63	R\$ 3.315.708,91
SALDO FINAL - GERAÇÃO DE CAIXA ACUMULADO	R\$ 2.761.210,35	R\$ 2.311.706,38	R\$ 1.918.492,08	R\$ 1.562.767,45	R\$ 2.084.658,73
AMORTIZAÇÃO CREDORES					
SALDO DEVEDOR CREDORES QUILOMBOLÁRIO	R\$ 4.638.819,44	R\$ 3.479.114,58	R\$ 2.319.409,72	R\$ 1.159.704,86	R\$ -
SALDO DEVEDOR CREDORES TRABALHISTA	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
SALDO DEVEDOR CREDORES ME - EPP	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
SALDO DEVEDOR VEÍCULOS	R\$ 7.980.673,79	R\$ 5.985.673,79	R\$ 3.990.673,79	R\$ 1.995.673,79	R\$ -

Quadro II – Demonstrativo de Resultado projetado do Grupo Talita período de 03 (três) anos:

CONTAS	ANO 01 (2023)	ANO 02 (2024)	ANO 03 (2025)
RECEITA BRUTA OPERACIONAL	95.450.000,00	% 95.150.000,00	% 94.600.000,00
Vendas de produtos	93.000.000,00	93.000.000,00	92.500.000,00
Receita com Transporte	2.450.000,00	2.150.000,00	2.100.000,00
IMPOSTOS S/ VENDAS E SERVIÇOS	9.802.715,00	9.771.905,00	9.715.420,00
RECEITA LÍQUIDA	85.647.285,00	100% 85.378.095,00	100% 84.884.580,00
CUSTOS	74.580.287,03	-87,08% 74.345.880,68	-87,08% 74.343.396,60
LUCRO BRUTO	11.066.997,98	12,92% 11.032.214,33	12,92% 10.541.183,40
DESPESAS OPERACIONAIS	9.117.750,00	-10,63% 9.089.250,00	-10,63% 9.137.000,00
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE REND	1.949.247,97	2,28% 1.942.964,33	2,28% 1.404.183,40
PROVISÃO PARA IR E CSLL	638.744,31	-0,75% 636.607,87	-0,75% 453.422,36
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	1.310.503,66	1,5% 1.306.356,45	1,5% 950.761,04

Foi realizado o recálculo dos **Tributos e Custos Financeiros Diretos** com base no faturamento anual sendo possível evidenciar que houve a consideração adequada do montante de **R\$ 29,290 milhão** sobre uma estimativa da **Receita Bruta total** no período projetado que é de **R\$ 285,200 milhão**. Também foi possível avaliar que foram considerados os **Custo dos Produtos Vendidos (R\$ 223,269 milhão)**. Ressalta-se que a estrutura do demonstrativo não permitiu que fossem avaliados os cálculos ou possíveis reduções na base de cálculo dos impostos de forma detalhada, a exemplo do IRPJ (Imposto Sobre a Renda das Pessoas Jurídicas) e CSLL (Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido) Trimestral e/ou Presumido.

Não foi possível avaliar a consideração das despesas de custeio e pessoal (*Recursos Humanos, Administrativas e Custeio*) aplicáveis às atividades das Recuperandas, contudo entendemos que foi considerado nas Despesas Operacionais no montante de **R\$ 27,344 milhão** e, considerando a **Receita Operacional Bruta** e demais custos e despesas mencionadas até o momento, verificou-se que ao final do ciclo de 03 (três) anos proposto pelas Recuperandas, haverá uma geração de receita líquido de aproximadamente **R\$ 3,567 milhão**.

Quando avaliado o **Fluxo de Caixa** projetado para o período de 10 (dez) anos, verificamos que a geração de caixa líquido no período será de **R\$ 2,084 milhão** ao final desse período, que já considera o pagamento dos credores da RJ.

Ainda, restou verificado que as Recuperandas incluíram no mesmo demonstrativo a previsão do pagamento do Passivo da Recuperação Judicial, conforme apresentado no **Quadro III**:



**Quadro III – Projeção para o pagamento do Passivo da Recuperação Judicial das Recuperandas no prazo de 10 (dez) anos:**

AMORTIZAÇÃO CREDORES	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	Ano 6	Ano 7	Ano 8	Ano 9	Ano 10
SALDO DEVEDOR CREDORES QUIROGRAFARIO	9.277.638,88	9.277.638,88	8.117.934,02	6.958.229,16	5.798.524,30	4.638.819,44	3.479.114,58	2.319.409,72	1.159.704,86	
SALDO DEVEDOR CREDORES TRABALHISTA	107.249,82									
SALDO DEVEDOR CREDORES ME - EPP	392.427,00	392.427,26								
SALDO DEVEDOR VEICULOS	15.960.673,79	15.960.673,79	13.965.673,79	11.970.673,79	9.975.673,79	7.980.673,79	5.985.673,79	3.990.673,79	1.995.673,79	
TOTAIS	25.737.989,49	25.630.739,93	22.083.607,81	18.928.902,95	15.774.198,09	12.619.493,23	9.464.788,37	6.310.083,51	3.155.378,65	0,00

Insta salientar que, conforme mencionado pelas Recuperandas no PRJ apresentado e, ponderando que a atividade da empresa é baseada principalmente no lastro cambial do Dólar para suas compras e vendas, não houve a consideração da variação cambial (projetada) e o reflexo na Receita Operacional Bruta, bem como no Custo do Produto Vendido e, consequentemente, no resultado projetado para o período proposto (10 anos).

Apesar disso, verificou-se que, inicialmente, as Recuperandas projetaram uma rentabilidade que gerará um caixa final acumulado da ordem de R\$ 2,084, já amortizados os pagamentos das **Classes III e IV** retro mencionada (**Quadro III**).

**2.2.2 LAUDO DE AVALIAÇÃO**

Quanto aos Laudos de Avaliação apresentados pelas Recuperandas e elaborado por 04 (quatro) empresas, verificou-se que foram considerados as Máquinas, Equipamento e Veículos das empresas do Grupo Talita.

Em análise aos referidos documentos, constatou-se que os laudos foram restritos a avaliação dos bens e a indicação dos valores de mercado em relação ao estado atual dos referidos bens, apurando o montante atualizado de **R\$ 25.151.933,42**, conforme apresentado a seguir:

**Quadro IV – Valores apurados pelas Empresas Avaliadoras por tipo de bem:**

Avaliador	Data	Tipo	Valor (R\$)
Molinos Trade Equipamentos Industriais	17/08/2022	Máquinas	8.357.624,42
Ingá Veículos Ltda	28/08/2022	Veículos	15.259.309,00
Libreleste Implementos Rodoviários Ltda	15/08/2022	Veículos	5.375.000,00
Nimaq Máquinas Lyda	22/08/2022	Máquinas	160.000,00
TOTAL			29.151.933,42

**2.2.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

No que se refere ao Plano de Recuperação Judicial (Laudos Econômico-Financeiro e de Avaliação) apresentado pelas Recuperandas Grupo Talita, observou ter sido elaborado de forma adequada, considerando todas as fontes de receita, custos e despesas aplicáveis à atividade das empresas, com a ressalva dos efeitos inflacionários/cambiais mencionado no tópico anterior, mas que não impede a análise dos resultados esperados em relação as suas fontes de receitas, geração de caixa e o pagamento dos credores da Recuperação Judicial, que se mostrou adequado à necessidade apresentada.



## 2.3 RESUMO DOS MEIOS DE RECUPERAÇÃO

As Recuperandas apresentaram no item 4.5 do PRJ, os meios de recuperação que pretendem adotar visando o soerguimento da empresa, nos termos do art. 50 c/c art. 53, I, ambos da Lei 11.101/2005, conforme síntese apresentada abaixo:

- a) Dilação de prazos das obrigações devidas, com redução linear, negocial de valores devidos, meio imprescindível, pela absoluta falta de capital para disponibilização imediata para pagamento dos créditos (LFRE, art. 50, inc. I);
- b) Dação em pagamento, ou novação de dívidas do passivo, com ou sem constituição de garantia própria ou de terceiros (LFRE, art. 50, inc. IX);
- c) Obtenção de descontos com os credores em geral e equalização dos encargos financeiros relativos a financiamentos e todos os demais débitos de diversas naturezas (LFRE, art. 50, inc. XII).

Visto isso, após análise por esta Administradora Judicial das cláusulas acima expostas, constata-se que todas as medidas recuperacionais supracitadas estão em conformidade com o que dispõe a Lei 11.101/2005.

## 2.4 DA CONSOLIDAÇÃO PROCESSUAL E SUBSTANCIAL

Em análise da decisão de mov. 23.1, tem-se que a Ilma. Magistrada Dra. Eloisa Alessi Prendin, deferiu o processamento da Recuperação Judicial do Grupo Talita sob **consolidação processual**, nos seguintes termos:

“Sendo assim, constatada a formação de grupo econômico entre elas, é possível o processamento em conjunto da recuperação judicial, nos termos do art. 69-G da Lei nº 11.101/2005, ficando garantida, no entanto, a independência dos devedores, dos seus ativos e dos seus passivos (art. 69-I da Lei nº 11.101/2005).”

Nada obstante a oposição de embargos de declaração pela Recuperanda ao mov. 74 buscando a alteração do contido na decisão, isto é, o processamento da Recuperação Judicial sob consolidação substancial, o presente relatório irá considerar a situação processual com base da decisão vigente sem quaisquer integrações oriundas de novo decism a respeito do contido no mencionado ED.

Pois bem.

Compulsando o caderno de falências e recuperação judicial, tem-se que o deferimento da Recuperação Judicial sob consolidação processual, impõe que os devedores apresentem meios de Recuperação Judicial específicos (art. 69, § 1º, c/c art. 53, I, ambos da LREF), nada obstância a possibilidade de apresentação de plano de recuperação judicial único.

Dito isto, em exame do PRJ apresentado pela Recuperanda (mov. 97.1), concebe-se que não houve atendimento do referido requisito de apresentação de meios de Recuperação Judicial específicos para cada devedor, sendo certo que em todas as considerações contidas no PRJ, bem como em seus anexos, todos os devedores foram considerados integrantes de um Grupo Empresarial (talita), tal qual como se estivessem em Recuperação Judicial sob consolidação substancial.

Em razão do exposto, o entendimento desta AJ é de que, os devedores devem retificar o plano de recuperação judicial, no sentido de atender ao requisito mencionado no tópico supra, sendo certo, todavia que, na hipótese do juízo entender por autorizar a consolidação substancial dos devedores/Recuperandas, as presentes considerações contidas nestes subtópico perderão seu objeto, eis que, neste cenário hipotético por ora, o PRJ estaria em sintonia as disposições legais da LREF.

## 2.5 MEDIDAS ADOTADAS PARA RECUPERAÇÃO DO NEGÓCIO

A fim de viabilizar a superação da crise e recuperação da atividade, as Recuperandas realizaram uma análise SWOT (forças, fraquezas, oportunidades e ameaças) com o intuito de obter um posicionamento

realista no que tange à situação atual das empresas.

Assim, as Recuperandas implementaram um forte programa de redução e gestão de custos, com o controle rigoroso de receitas, despesas e logística.

## 2.6 RESERVA DE CONTINGÊNCIA PARA PAGAMENTO DE CREDORES SUJEITOS AINDA NÃO CONTEMPLADOS NO QUADRO GERAL DE CREDORES

O Plano de Recuperação Judicial apresentado pelas Recuperandas prevê, na Cláusula 4.7, pg. 13, alínea “e”, a forma de pagamento aos créditos incluídos no QGC posteriormente, conforme infra:

*“Na hipótese de Inclusão, Majoração ou Liquidação de novos Créditos Sujeitos ao Plano, constantes ou não da Lista de Credores, decorrentes de decisão judicial transitada em julgado ou de acordo entre as partes homologado judicialmente, estes serão pagos na forma prevista no Plano. Os prazos de pagamento dos novos Créditos Sujeitos ao Plano começarão a contar a partir da data em que forem reconhecidos pelo Juízo da Recuperação, ou, se a Recuperação Judicial já estiver encerrada, a partir do momento em que se tornarem líquidos, e seus titulares não terão direito aos pagamentos que já tiverem sido realizados em data anterior.”*

Não obstante tal previsão contida no Plano, verificou-se que na projeção de pagamento apresentada, inexistia reserva para pagamento dos credores não contemplados, mas tão somente aos credores concursais.

## 2.7 MEIOS DE SATISFAÇÃO DOS CRÉDITOS FISCAIS E DEMAIS CRÉDITOS NÃO SUJEITOS À RECUPERAÇÃO JUDICIAL

A Cláusula 4.6 do Plano de Recuperação Judicial, prevê a criação da subclasse “credores colaboradores”, na qual os credores que voluntariamente anuírem com a continuidade de fornecimento e manutenção de bens de capital essenciais na posse da empresa, poderão optar por uma das formas de pagamento ofertadas pelas Recuperandas, mesmo que o credor não tenha seu crédito submetido aos efeitos da Recuperação Judicial.

## 2.8 PROPOSTA DE EXTINÇÃO DE GARANTIAS

O Plano de Recuperação Judicial apresentado ao mov. 97, em sua Cláusula 4.7, alínea “f”, estabelece que, a partir da aprovação do Plano de Recuperação Judicial, todas as execuções judiciais em curso contra as Recuperandas serão extintas e as penhoras porventura remanescentes serão automaticamente baixadas.

Dispõe, também, que a homologação do Plano de Recuperação Judicial implica na extinção de todas as garantias contratuais, abrangendo as garantias reais e ainda aquelas prestadas por devedores solidários, coobrigados, garantidores, avalistas e fiadores.

3

## CONDIÇÕES DE PAGAMENTO DE CREDORES



### 3.1 FORMA DE PAGAMENTO POR CLASSE

Consoante Plano de Recuperação Judicial apresentado ao mov. 97 dos autos recuperacionais, apresenta-se, na sequência, uma síntese da forma de pagamento proposta, por classe de credores:

Classe	Subclasse	Opções	Carência (exceto a Parcela Inicial)	Prazo para Pagamento	Correção Monetária e Juros	Deságio
Classe I Créditos Trabalhistas	-	-	-	Parcela única no prazo de 6 (seis) meses contados a partir do trânsito em julgado da decisão de homologação do Plano de Recuperação Judicial.	Correção de 2% (dois por cento) ao ano, acrescida de TR.	-
Classe II Créditos Com Garantia Real	-	Opção A	24 (vinte e quatro) meses após a data da publicação da decisão de homologação do Plano de Recuperação Judicial.	96 (noventa e seis) parcelas mensais.	Correção de 2% (dois por cento) ao ano, acrescida de TR.	70%
		Opção B	24 (vinte e quatro) meses após a data da publicação da decisão de homologação do Plano de Recuperação Judicial.	120 (cento e vinte) parcelas mensais.	Correção de 2% (dois por cento) ao ano, acrescida de TR.	50%
Classe III Créditos Quirografários	-	Opção A	24 (vinte e quatro) meses após a data da publicação da decisão de homologação do Plano de Recuperação Judicial.	96 (noventa e seis) parcelas mensais.	Correção de 2% (dois por cento) ao ano, acrescida de TR.	70%



Classe	Subclasse	Opções	Carência (exceto a Parcela Inicial)	Prazo para Pagamento	Correção Monetária e Juros	Deságio
Classe III Créditos Quirografários	-	Opção B	24 (vinte e quatro) meses após a data da publicação da decisão de homologação do Plano de Recuperação Judicial.	120 (cento e vinte) parcelas mensais.	Correção de 2% (dois por cento) ao ano, acrescida de TR.	50%
Classe IV Créditos ME / EPP	-	-	-	Parcela única no prazo de 6 (seis) meses contados a partir do trânsito em julgado da decisão de homologação do Plano de Recuperação Judicial.	Correção de 2% (dois por cento) ao ano, acrescida de TR.	-

Fonte: Plano de Recuperação Judicial Grupo Talita (mov. 97.1).

## 3.2 CREDORES COLABORADORES

O PRJ dispôs sobre o pagamento de credores Colaboradores. Em sua cláusula 4.6 é descrito que, *“Considerando a existência de credores que são detentores bens de capital essenciais ao desenvolvimento das atividades do Grupo Talita, em especial aqueles ligados ao transporte de carga – CAMINHÕES E IMPLEMENTOS - optamos pela criação da subclasse “Credores Colaboradores” composta por aqueles, que de forma voluntária, ainda que não tenham seus créditos submetidos aos efeitos da recuperação judicial, concordam de forma a continuidade de fornecimento e a manutenção de bens de capital essenciais de posse da empresa.”*

Veja-se que, a referida cláusula é destinada em especial a todos os credores que possuem créditos extraconcursais em razão de garantias fiduciárias vinculadas aos bens de capitais essenciais ao desenvolvimento da atividade empresarial, que poderão optar voluntariamente em aderir ao PRJ.

O Plano de Recuperação Judicial estabelece, em sua Cláusula 4.6, que os credores colaboradores que mantiverem o fomento da atividade empresarial através da continuidade de fornecimento e a manutenção de bens de capital essenciais de posse da empresa, poderão integrar a subclasse em análise.

Destarte, o PRJ prevê duas formas de pagamento destinada aos credores colaboradores.

a) Modalidade 1: Isenção dos Juros, multas de demais encargos moratórios referentes as parcelas vencidas; Deságio: 70% do valor das Parcelas vencidas até o aceite do acordo; Saldo das Parcelas Vencidas: 12 parcelas mensais; Carência: 24 meses contados do aceite; Saldo remanescente pago em 96 parcelas mensais.

b) Modalidade 2: Isenção dos juros, multas e moratória das parcelas vencidas; Deságio de 50% do valor das parcelas vencidas até aceite no acordo; Saldo das parcelas vencidas (pós Deságio) pagas em 6 parcelas mensais; Carência 12 meses para retornar os pagamentos; Saldo remanescentes do contrato pago em 120 parcelas mensais.

Por fim, o PRJ ressalta que os Credores Colaboradores farão jus a um tratamento especial como forma de incentivo a adesão do PRJ e manutenção dos capitais essenciais em posse do Grupo Recuperando.

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE  
Validação deste em <https://projudi.tpr.jus.br/projudi/> - Identificador: PJD08 B9T5F RD3QB M46KR



4

## ALIENAÇÃO DE ATIVOS





## 4.1 RELAÇÃO DE BENS INDICADOS PARA VENDA

Tratando-se da Cláusula 5 do Plano de Recuperação Judicial, há previsão de que as empresas Recuperandas poderão celebrar contratos de financiamento garantidos por alienação fiduciária ou oneração de bens e direitos que integrem o ativo não circulante, de modo que tal financiamento será destinado ao seu capital de giro.

## 4.2 FORMA DE ALIENAÇÃO E DESTINAÇÃO DO PRODUTO

Na hipótese de alienações, o PRJ em sua Cláusula 5 estabelece que as Recuperandas poderão buscar sócio investidor ou parceiro com possibilidade de alienação de uma parte do Grupo Talita para injeção de Fluxo caixa através de venda de UPI'S, nos moldes do art. 60 e 142 da Lei 11.101/2005.



5

**INDICAÇÃO DE CLÁUSULAS  
CONFLITANTES COM A LEI  
11.101/2005**



## 5.1 INDICAÇÃO DE CLÁUSULAS CONTRÁRIAS E QUE NÃO GUARDAM RESPALDO À LEI 11.101/2005

### **Cláusula 4.5** **Meios de Recuperação Judicial.**

Conforme elucidado no tópico 2.4, nada obstante a oposição de ED em face da decisão que deferiu o processamento da Recuperação Judicial, por ora, fora deferido tão somente o processamento da Recuperação Judicial sob consolidação processual dos devedores.

Ocorre que, não obstante a LREF exija que em sede de consolidação substancial os devedores/ Recuperandas apresentem meios específicos de Recuperação (para cada devedor), as Recuperandas apresentaram seus meios de Recuperação Judicial como se estivessem em consolidação substancial, situação a qual está em atrito ao disposto da LREF, em seu art. 69-I, §1.

### **Cláusula 4.7. "F":**

#### **Da extinção das garantias contratuais.**

A priori, impende observar que a Cláusula 4.7. "F" do Plano de Recuperação Judicial menciona que, a partir da homologação deste, **implicará na extinção da exigibilidade dos avais, fianças, e demais garantias reais ou fidejussórias assumidas pelas Recuperandas, seus fiadores, avalistas, garantidores, coobrigados, controladas e subsidiárias.**

Sobre o tema, em que pese a possibilidade de adesão das disposições por determinados credores, o artigo 59 da LREF é translúcido ao estabelecer que a novação oriunda da concessão da Recuperação Judicial não irá afetar as garantias eventualmente prestadas, **não havendo óbice, contudo, do credor titular da garantia concordar expressamente com a sua supressão.**

Não se olvida a divergência jurisprudencial que permeia o tema, entretanto, em atenção a tese firmada pelo Superior Tribunal de Justiça no tema 885<sup>1</sup>, que deu origem a súmula 581<sup>2</sup>, bem como em atenção as recentes decisões da mesma corte<sup>3</sup>, **ao ver desta Administradora Judicial, faz-se possível a disposição sobre eventual supressão de garantias prestadas, contudo, tal condição específica só terá eficácia em face daqueles credores que aderirem ao plano sem apresentarem eventuais ressalvas quanto a supressão/extinção das garantias.**

Nestas considerações, *prima oculi*, o entendimento desta Administradora Judicial é no sentido de que **a cláusula em exame é parcialmente nula ao sujeitar todos os credores a seu crivo**, pois, em que pese a extinção/supressão de garantias seja um direito disponível do credor, deve este anuir de forma expressa com tal disposição do PRJ para que esta venha a ter eficácia perante si, não sendo possível sua imposição a todos os credores de forma indistinta em eventual concessão da Recuperação Judicial.

#### **Decretação de falência em razão de descumprimento do PRJ.**

Ainda na mesma cláusula, o Grupo Recuperando exarou que *"A eventual falência do Grupo Talita em razão de descumprimento do Plano poderá ser decretada somente após a realização de nova Assembleia Geral de Credores, na qual poderão os credores deliberar pela quebra do Grupo, pelo aditamento ao Plano o por outra alternativa que melhor atenda a seus interesses e ao princípio da preservação da empresa insculpido no art. 47 da Lei 11.101/2005."*

Veja-se que, a pretensão do Grupo Recuperando é afastar a aplicação do disposto no art. 73, IV, da LREF<sup>4</sup>, entretanto, ao sentir desta AJ, a referida cláusula é eivada de nulidade na medida em que, o referido dispositivo legal trata-se de norma cogente, a qual não pode ter sua aplicação afastada pela vontade das partes tal qual as normas dispositivas.

1 A recuperação judicial do devedor principal não impede o prosseguimento das execuções nem induz suspensão ou extinção de ações ajuizadas contra terceiros devedores solidários ou coobrigados em geral, por garantia cambial, real ou fidejussória, pois não se lhes aplicam a suspensão prevista nos arts. 6º, caput, e 52, inciso III, ou a novação a que se refere o art. 59, caput, por força do que dispõe o art. 49, § 1º, todos da Lei n. 11.101/2005.

2 A recuperação judicial do devedor principal não impede o prosseguimento das ações e execuções ajuizadas contra terceiros devedores solidários ou coobrigados em geral, por garantia cambial, real ou fidejussória.

3 REsp 1.794.209 e REsp 1.885.536.

4 Art. 73. O juiz decretará a falência durante o processo de recuperação judicial:

[...]

IV - Por descumprimento de qualquer obrigação assumida no plano de recuperação, na forma do § 1º do art. 61 desta Lei.

6

**CONDUTAS PREVISTAS PELO  
ART. 64 DA LEI 11.101/2005**



## 6. CONDUTAS PREVISTAS PELO ART. 64 DA LEI 11.101/2005

No Plano de Recuperação Judicial em análise, não foram identificadas eventuais disposições em desarmonia a redação do art. 64 da Lei 11.101/2005.





# GLOSSÁRIO



AGC – Assembleia Geral de Credores  
AI – Agravo de Instrumento  
AJ – Administradora Judicial  
ART. – Artigo  
CCB – Cédula de Crédito Bancário  
DJE – Diário de Justiça Eletrônico  
DES – Desembargador (a)  
DRE – Demonstração de Resultado do Exercício  
ED – Embargos de Declaração  
EIRELI - Empresa Individual de Responsabilidade Limitada  
EPP – Empresa de Pequeno Porte  
GRUPO TALITA: Kleber Luis Priamo Emp. e Part. LTDA, Maiko Kleverson Priamo Empreendimentos e Participações LTDA, Talita Industria de Farinhas LTDA e Moinho Talita LTDA.  
ICMS – Imposto de Circulação sobre Mercadorias e Serviços  
INC. - Inciso  
LFRJ – Lei de Falência e Recuperação Judicial (Lei 11.101/2005)  
LTDA – Limitada  
ME – Microempresa  
MM. – Meritíssimo  
M – Milhão  
MOV. - Movimentação  
PERT – Programa Especial de Regularização Tributária  
PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional  
QGC – Quadro Geral de Credores  
RJ – Recuperação Judicial  
Rel. – Relator (a)  
Recuperandas – Grupo Talita  
Resp – Recurso Especial  
RMA – Relatório Mensal de Atividades  
RNC – Relação Nominal de Credores  
ROA – Retorno sobre ativo total  
ROE - Retorno sobre patrimônio líquido  
S. A. – Sociedade Anônima  
STJ – Superior Tribunal de Justiça  
TJPR – Tribunal de Justiça do Paraná  
TJSP - Tribunal de Justiça de São Paulo  
TRF – Tribunal Regional Federal  
PRJ – Plano de Recuperação Judicial





### **CURITIBA/PR**

Av. Cândido de Abreu, nº776, Sala 1306,  
Edifício World Business, Centro Cívico  
CEP 80.530-000  
(41) 3206-2754 | (41) 99189-2968

### **MARINGÁ/PR**

Av. João Paulino Vieira Filho, nº625, Sala 906,  
Edifício New Tower Plaza, Torre II, Zona 01  
CEP 87.020-015  
(44) 3226-2968 | (44) 99127-2968

### **SÃO PAULO/SP**

Av. Paulista, nº 302 - 9º Andar  
Ed. José Martins Borges - Bela Vista  
CEP 01.310-000  
(11) 3135-6549 | (11) 98797-8850

[www.marquesadmjudicial.com.br](http://www.marquesadmjudicial.com.br)  
[marcio@marquesadmjudicial.com.br](mailto:marcio@marquesadmjudicial.com.br)

